afluente g
Grupo Neoenergia

Afluente Geração de Energia S.A. CNPJ nº 07.620.094/0001-40 Companhia Aberta CVM nº 02015-0

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO

2011

1 CARTA DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
Submetemos, para apreciação, o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis da Sociedade, com Parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2011.
A Afluente Geração em 2011 registrou resultado operacional de R$ 7,9 milhões. O lucro líquido em 2011 foi de R$ 7,5 milhões, sendo 1,8% superior a 2010, que registrou o montante de R$ 7,4 milhões. O EBITDA em 2011 foi de R$ 10,4 milhões e em 2010 foi de R$ 11,5 milhões. A margem do EBITDA em 2011 foi de 50,1% e em 2010 de 56,45%.
A Afluente Geração de Energia Elétrica S.A. reafirma seu compromisso com o desenvolvimento do país, ao tempo que agradece a todos os seus Acionistas, Conselho de Administração, colaboradores, clientes, fornecedores e os Governos Municipais, Estadual e Federal.

Marco Geovanne Tobias da Silva
Presidente do Conselho de Administração

2 HISTÓRICO

A Afluente-G é resultado da conclusão do processo de desverticalização dos ativos de geração e transmissão da Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - Coelba, distribuidora de energia elétrica também controlada da Neoenergia. Esse processo foi determinado pelo Poder Concedente, que definiu que as empresas de distribuição devem ter em seus balanços somente os ativos destinados para este fim, e foi finalizado em setembro de 2005 com a criação da Afluente. Posteriormente, as ações dessa empresa foram transferidas para a Neoenergia, sem prejuízo aos acionistas da Coelba.
A Afluente-G é composta por duas Usinas Hidrelétricas (UHE's) denominadas de Usina Presidente Goulart e Usina Alto-Fêmeas, ambas localizadas no estado da Bahia na divisa com Goiás.
A Usina Presidente Goulart, localizada no Rio Corrente no município de Correntina gera energia elétrica através de duas unidades geradoras com capacidade nominal de 4 MW cada uma.
A Usina Alto-Fêmeas, localizada no Rio das Fêmeas no município de São Desidério gera energia elétrica através de três unidades geradoras com capacidade nominal de 3,3 MW cada uma.
Ao todo, estas usinas possuem capacidade nominal de 18,65 MW, e o último reajuste das tarifas foi autorizado através da Resolução ANEEL nº 1142/2011, para R$ 154,11/MWh.
E em 20 de dezembro de 2010, foi assinado o Contrato de Concessão nº 002/2010 da Afluente Geração de Energia Elétrica S.A.

3 MERCADO DE ENERGIA

3.1. FORNECIMENTO DE ENERGIA
Em 26 de maio 2006 foi publicado o Despacho nº 1.115/2006, através do qual a ANEEL aprovou o Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica (CCVE), celebrado entre a Coelba (compradora) e Afluente (vendedora) em 28 de abril de 2006, amparado pelo processo de desverticalização, no montante de até 148.920 MWh anuais, e preço de energia de R$125,63/MWh, base abril de 2005. O referido contrato vigorará até o exercício de 2027.

4 DESEMPENHO OPERACIONAL

GERAÇÃO DE ENERGIA - OPERAÇÃO
A PCH Correntina, inaugurada em 1962 com 2 Unidades Geradoras que totalizam 8 MW de potência instalada, apresentou índices de disponibilidade e confiabilidade de 44,95% e 49,99%, respectivamente. A geração de energia totalizou 29.249,10 MWh, o que correspondeu a 41,75% da energia assegurada.
A PCH Alto Fêmeas, inaugurada em 1992 com 3 Unidades Geradoras que totalizam 10,65 MW de potência instalada, teve um índice de disponibilidade de 87,39% e confiabilidade de 99,37%, com geração total de 67.532,75 MWh, que corresponde a 85,67% da energia assegurada.

5 DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Indicadores Empresariais	2011	2010	Variação 2011/2010
Indicadores Econômicos			
Receita Operacional Bruta	22.429	22.990	(2,44%)
Receita Operacional Líquida	20.733	20.376	1,75%
EBITDA	10.393	11.488	(9,53%)
Resultado do Serviço	7.857	9.161	(14,24%)
Resultado Financeiro sem Juros sobre Capital Próprio	606	1.252	(51,60%)
Lucro Líquido	7.535	7.401	1,81%
Margem EBITDA (%)	50,13%	56,38%	(0,06) p.p
Margem Operacional (%)	37,90%	44,96%	(0,07) p.p
Margem Líquida (%)	36,34%	36,32%	0,00 p.p
Indicadores Financeiros			
Ativo Total	50.153	50.363	(0,4%)
Patrimônio Líquido	42.350	40.791	3,8%
Investimentos	2.398	1.783	34,5%
Patrimônio Líquido / Ativo Total	0,844	0,810	4,3%

(*) EBITDA - Análise dos últimos 12 meses.
p.p Pontos Percentuais
A movimentação do EBITDA (sigla em inglês para Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização, LAJIDA) está detalhada na tabela a seguir:

Conciliação EBITDA	2011	2010	Variação 2011/2010
Lucro líquido	7.535	7.401	1,8%
Despesas financeiras	167	198	(15,7%)
Receitas financeiras	(773)	(1.450)	(46,7%)
Imposto de renda	(1.437)	422	(440,5%)
Amortização/depreciação	2.536	2.327	9,0%
Amortização de ágio	2.365	2.590	(8,7%)
EBITDA	**10.393**	**11.488**	**(9,5%)**

6 COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

Após a cisão parcial da Companhia, o capital social subscrito e integralizado, de R$ 30,916 milhões, é representado por 18,817 bilhões de ações, sendo 10,930 bilhões ordinárias (ON) e 7,887 milhões preferenciais (PN). Desse total 87,8% pertence à controladora Neoenergia, 8,5% ao grupo espanhol Iberdrola, 2,3% ao Fundo de Pensão PREVI e 1,4% aos demais acionistas.

7 AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, a Companhia declara que mantém contrato com a Ernst & Young Terco Auditores Independentes, para prestação de serviços de auditoria externa de suas demonstrações contábeis, bem como para a revisão de informações contábeis em atendimento às exigências do Órgão Regulador, ANEEL, e de contratos de financiamentos, por um período de 2 (dois) anos, iniciado em abril de 2009. A Ernst & Young Terco desde então não prestou serviços não relacionados à auditoria independente que superassem 5% (cinco por cento) do valor do contrato.
A política de atuação da Companhia, quanto à contratação de serviços não relacionados à auditoria externa junto à empresa de auditoria se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor.

8 AGRADECIMENTOS

Ao reconhecermos que o resultado alcançado é conseqüência da união e do esforço de nossos colaboradores e do apoio, empenho, incentivo e profissionalismo recebidos dos públicos com os quais nos relacionamos, queremos expressar nossos agradecimentos aos nossos acionistas, aos Senhores membros do Conselho de Administração, aos nossos clientes e fornecedores, aos nossos Governos Municipais, Estaduais e Federal e demais autoridades, às Agências Reguladoras e aos Agentes do Setor.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS

31 de Dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais)

A T I V O	Nota	31/12/11	31/12/10 (Reclassificado)
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	5.522	4.074
Contas a receber de clientes e outros	5	3.029	2.945
Títulos e valores mobiliários	6	425	-
Impostos e contribuições a recuperar	7	865	800
Estoques		3	-
Despesas pagas antecipadamente		56	36
Serviços em curso		200	-
Outros ativos circulantes		343	315
TOTAL DO CIRCULANTE		**10.443**	**8.170**
NÃO CIRCULANTE			
Impostos e contribuições a recuperar	7	53	51
Coligadas e controladas	17	2	1.924
Concessão do serviço público (ativo financeiro)	8	5.825	5.825
Intangível	9	33.830	34.393
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		**39.710**	**42.193**
TOTAL DO ATIVO		**50.153**	**50.363**

P A S S I V O	Nota	31/12/11	31/12/10 (Reclassificado)
CIRCULANTE			
Fornecedores	10	883	681
Salários e encargos a pagar		361	226
Taxas regulamentares	11	1.214	1.516
Impostos e contribuições a recolher	7	561	1.877
Dividendos e juros sobre o capital próprio	12	1.919	2.420
Provisões		49	-
Coligadas e controladas	17	2.340	2.322
Outros passivos circulantes		248	354
TOTAL DO CIRCULANTE		**7.575**	**9.396**
NÃO CIRCULANTE			
Taxas regulamentares	11	155	107
Coligadas e controladas	17	59	55
Outros passivos não circulantes		14	14
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		**228**	**176**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	13		
Capital social		30.916	30.916
Reservas de lucro		6.065	5.689
Proposta de distribuição de dividendos adicional		5.369	4.186
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**42.350**	**40.791**
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**50.153**	**50.363**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais)

	Capital Social	Reservas de Lucros Reserva Legal	Lucros Acumulados	Proposta de Distribuição de Dividendos Adicional	Total do Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2009 (reapresentado)	**30.916**	**5.319**	**-**	**3.298**	**39.533**
Lucro líquido do exercício	-	-	7.401	-	7.401
Aprovação da proposta de dividendos	-	-	-	(3.298)	(3.298)
Destinações:					
Reserva legal	-	370	(370)	-	-
Juros sobre capital próprio	-	-	(1.087)	-	(1.087)
Dividendos obrigatórios	-	-	(1.758)	-	(1.758)
Proposta de distribuição de dividendos adicional	-	-	(4.186)	4.186	-
Saldos em 31 de dezembro de 2010	**30.916**	**5.689**	**-**	**4.186**	**40.791**
Lucro líquido do exercício	-	-	7.535	-	7.535
Aprovação da proposta de dividendos	-	-	-	(4.186)	(4.186)
Destinações:					
Reserva legal	-	376	(376)	-	-
Dividendos obrigatórios	-	-	(1.790)	-	(1.790)
Proposta de distribuição de dividendos adicional	-	-	(5.369)	5.369	-
Saldos em 31 de dezembro de 2011	**30.916**	**6.065**	-	**5.369**	**42.350**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇOS SOCIAIS - INFORMAÇÃO ADICIONAL (NÃO AUDITADO)

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

	2011 R$ mil	2010 R$ mil
1 - BASE DE CÁLCULO		
Receita Líquida (RL)	20.733	20.376
Resultado Operacional (RO)	7.857	9.161
Folha de Pagamento Bruta (FPB)	2.608	206
Valor Adicionado Total (VAT)	13.019	13.639

2 - INDICADORES SOCIAIS INTERNOS (1)	2011 R$ mil	2011 FPB	2011 % sobre RL	2011 % sobre VAT	2010 R$ mil	2010 FPB	2010 % sobre RL	2010 % sobre VAT
Alimentação	92	3,52	0,44	0,71	23	11,17	0,11	0,17
Encargos sociais compulsórios	96	3,69	0,46	0,74	20	9,71	0,10	0,15
Previdência privada	46	1,75	0,22	0,35	63	30,58	0,31	0,46
Saúde	109	4,19	0,53	0,84	6	2,91	0,03	0,04
Segurança e saúde no trabalho	4	0,15	0,02	0,03	-	-	-	-
Creches ou auxílio-creche	15	0,58	0,07	0,12	-	-	-	-
Transporte	111	4,26	0,54	0,85	2	0,97	0,01	0,01
Participação nos lucros ou resultados	180	6,91	0,87	1,38	2	0,97	0,01	0,01
Outros	19	0,72	0,09	0,14	-	-	-	-
Total - Indicadores sociais internos	**672**	**25,77**	**3,24**	**5,16**	**116**	**56,31**	**0,57**	**0,85**

3 - INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS	2011 R$ mil	2011 RO	2011 % sobre RL	2011 % sobre VAT	2010 R$ mil	2010 RO	2010 % sobre RL	2010 % sobre VAT
Educação	-	-	-	-	153	1,67	0,75	1,12
Pesquisa e desenvolvimento tecnológico	200	2,55	0,96	1,54	-	-	-	-
Total das contribuições para a sociedade	**200**	**2,55**	**0,96**	**1,54**	**153**	**1,67**	**0,75**	**1,12**
Tributos (exceto encargos sociais)	1.745	22,21	8,42	13,40	1.929	21,06	9,47	14,14
Total - Indicadores sociais externos	**1.945**	**24,75**	**9,38**	**14,94**	**2.082**	**22,73**	**10,22**	**15,27**

4 - INDICADORES AMBIENTAIS	2011 R$ mil	2011 RO	2011 % sobre RL	2011 % sobre VAT	2010 R$ mil	2010 RO	2010 % sobre RL	2010 % sobre VAT
Investimentos relacionados com a operação da empresa								
Sistema de gestão ambiental	166	2,11	0,80	1,27	-	-	-	-
Outros projetos ambientais	10	0,13	0,05	0,08	-	-	-	-
Total dos investimentos em meio ambiente	**176**	**2,24**	**0,85**	**1,35**	**-**	**-**	**-**	**-**
Quanto ao estabelecimento de meta anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa:	(x) Não possui metas, () Cumpre de 51 a 75%,		() Cumpre de 0 a 50%, () Cumpre de 76 a 100%		(x) Não possui metas, () Cumpre de 51 a 75%,		() Cumpre de 0 a 50%, () Cumpre de 76 a 100%	

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/11	31/12/10
RECEITA BRUTA	14	**22.429**	**22.990**
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	15	(1.696)	(2.614)
RECEITA LÍQUIDA		**20.733**	**20.376**
CUSTO DO SERVIÇO	16	(11.725)	(9.585)
LUCRO BRUTO		**9.008**	**10.791**
Despesas gerais e administrativas	16	(1.151)	(1.630)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS		**7.857**	**9.161**
Receita financeira		773	1.450
Despesa financeira		(167)	(198)
LUCRO ANTES DOS IMPOSTOS		**8.463**	**10.413**
Imposto de renda e contribuição social		**(928)**	**(3.012)**
Corrente		(928)	(3.012)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**7.535**	**7.401**
LUCRO ATRIBUÍVEL A:			
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO POR AÇÃO DO CAPITAL - R$			
Ordinária		0,39	0,38
Preferencial A		0,39	0,38
Preferencial B		0,43	0,42

A Companhia não possui outros resultados abrangentes.
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais)

	31/12/11	31/12/10
Receitas		
Vendas de energia, serviços e outros	22.429	22.990
Insumos adquiridos de terceiros		
Energia elétrica comprada para revenda	(379)	(727)
Encargos de uso da rede básica de transmissão	(1.242)	(1.279)
Materiais, serviços de terceiros e outros	(6.026)	(6.468)
	(7.647)	**(8.474)**
Valor adicionado bruto	**14.782**	**14.516**
Depreciação e amortização	(2.536)	(2.327)
Valor adicionado líquido	**12.246**	**12.189**
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	773	1.450
Valor adicionado total a distribuir	**13.019**	**13.639**
Distribução do valor adicionado		
Pessoal		
Remunerações	1.172	41
Encargos sociais (exceto INSS)	169	6
Entidade de previdência privada	35	63
Auxílio-alimentação	128	23
Convênio assistencial e outros benefícios	(7)	4
Férias e 13º salário	285	38
Plano de saúde	87	5
Participação nos resultado	180	2
Outros	87	7
Subtotal	**2.136**	**189**
Impostos, taxas e contribuições		
INSS (sobre folha de pagamento)	472	17
PIS/COFINS sobre faturamento	820	1.929
Imposto de renda e contribuição social	928	3.012
Obrigações intra-setoriais	876	685
Outros	77	153
Subtotal	**3.173**	**5.796**
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros e variações cambiais	167	198
Aluguéis	8	55
Subtotal	**175**	**253**
Remuneração de capitais próprios		
Juros sobre o capital próprio	-	1.087
Dividendos distribuídos	1.790	1.758
Dividendos propostos	5.369	4.186
Lucro retido (reserva legal)	376	370
Subtotal	**7.535**	**7.401**
Valor adicionado distribuído	**13.019**	**13.639**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Continua...

www.elipsepublicidade.com.br

...Continuação

BALANÇOS SOCIAIS - INFORMAÇÃO ADICIONAL (NÃO AUDITADO)

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

5 - INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL	2011	2010
Nº de empregados(as) ao final do período	12	-
Nº de admissões durante o período	-	-
Nº de desligamentos durante o período	-	-
Nº de empregados(as) terceirizados (1)	-	-
Nº de estagiários(as) (1)	-	-
Nº de empregados acima de 45 anos	1	-
Nº de empregados por faixa etária, nos seguintes intervalos:		
menores de 18 anos	-	-
de 18 a 35 anos	4	-
de 36 a 60 anos	8	-
acima de 60 anos	-	-
Nº de empregados por nível de escolaridade, segregados por:		
analfabetos	-	-
com ensino fundamental	-	-
com ensino médio	-	-
com ensino técnico	10	-
com ensino superior	2	-
pós-graduados	-	-
Nº de empregados por sexo:		
homens	12	-
mulheres	-	-
% de cargos de chefia por sexo:		
homens	-	-
mulheres	-	-
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	-	-
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	-	-
Nº de empregados portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais (1)	-	-
Remuneração bruta segregada por:		
Empregados	698	-
Administradores	-	-
Terceirizados	-	-
Autônomos	-	-

6 - INFORMAÇÕES RELEVANTES QUANTO AO EXERCÍCIO DA CIDADANIA EMPRESARIAL	2011			2010		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa				-		-
Nº total de acidentes de trabalho				-		-
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	(X) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)	( ) todos(as) (+) Cipa	(X) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)	( ) todos(as) (+) Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	(X) não se envolve	( ) segue as normas da OIT	( ) incentiva e segue a OIT	(X) não se envolve	( ) segue as normas da OIT	( ) incentiva e segue a OIT
A previdência privada contempla:	( ) direção	( ) direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	( ) direção	( ) direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)
A participação nos lucros ou resultados contempla:	( ) direção	( ) direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	( ) direção	( ) direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	( ) não são considerados	(X) são sugeridos	( ) são exigidos	( ) não são considerados	(X) são sugeridos	( ) são exigidos
Quanto à participação dos empregados em programas de trabalho voluntário, a empresa:	(X) não se envolve	( ) apóia	( ) organiza e incentiva	(X) não se envolve	( ) apóia	( ) organiza e incentiva

Observações: (1) Os valores que compõem os indicadores sociais internos abrangem os colaboradores e os administradores. Não possuímos os valores de terceirizados e autônomos. (2) O aumento do número de reclamações e críticas de consumidores se deu em função da implantação de um novo sistema comercial - SAP/CCS. (3) A diferença no valor dispendido para o Programa de Eficiência Energética da Coelba no ano de 2010 em relação a 2009 foi devido ao incremento no projeto de doação de geladeiras.

Contigências e passivos trabalhistas:						
Número de processos trabalhistas:						
movidos contra a entidade				2		2
julgados procedentes				-		-
julgados improcedentes				-		-
Valor total de indenizações e multas pagas por determinação da justiça (3)				-		-
Valor adicionado total a distribuir (em mil R$)			Em 2011: 13.019			Em 2010: 13.639
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	24,37% governo	16,40% colaboradores(a)	57,88% acionistas	42,50% governo	1,39% colaboradores(a)	54,26% acionistas
	1,35% terceiros	0% reserva SUDENE	0% Retido	1,85% terceiros	0% reserva SUDENE	0% retido

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais)

	31/12/11	31/12/10
FLUXO DE CAIXA OPERACIONAL		
Lucro Líquido do Período (Antes dos Impostos)	**8.463**	**10.413**
AJUSTES PARA CONCILIAR O LUCRO AO CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Depreciação e amortização	2.536	2.327
Provisão (reversão) para contingências cíveis, fiscais e trabalhistas	49	-
	11.048	**12.740**
(AUMENTO) REDUÇÃO DOS ATIVOS OPERACIONAIS		
Contas a receber de clientes e outros	(84)	(2.433)
Impostos e contribuições a recuperar	(67)	(634)
Estoques	(3)	-
Despesas pagas antecipadamente	(20)	69
Coligadas e controladas	1.922	-
Concessão de serviço público (ativo financeiro)	-	(120)
Outros ativos	(228)	(152)
	1.520	**(3.270)**
AUMENTO (REDUÇÃO) DOS PASSIVOS OPERACIONAIS		
Fornecedores	202	10
Salários e encargos a pagar	135	226
Taxas regulamentares	(254)	361
Impostos e contribuições a recolher	(2.244)	(10.465)
Coligadas e controladas	22	2.322
Outros passivos	(106)	122
	(2.245)	**(7.424)**
CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	**10.323**	**2.046**
ATIVIDADE DE FINANCIAMENTO		
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	(6.477)	(4.294)
UTILIZAÇÃO DE CAIXA EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	**(6.477)**	**(4.294)**
ATIVIDADE DE INVESTIMENTO		
Aquisição de intangível	(1.973)	(1.783)
Títulos e valores mobiliários	(425)	-
GERAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DE CAIXA EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	**(2.398)**	**(1.783)**
AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	**1.448**	**(4.031)**
Caixa e equivalentes no início do exercício	4.074	8.105
Caixa e equivalentes no final do exercício	5.522	4.074
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA	**1.448**	**(4.031)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais)

1 Informações Gerais

A Afluente Geração de Energia Elétrica S.A. ("Afluente-G" ou "Companhia", anteriormente denominada Afluente Geração e Transmissão de Energia Elétrica S.A.), companhia de capital aberto, controlada pela Neoenergia S.A., foi constituída em 31 de agosto de 2005, originalmente atendendo a segregação de atividades na Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - COELBA no processo de desverticalização do setor elétrico brasileiro, determinado pelo Governo Federal, conforme estabelece a Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, e em atendimento a cláusula 12ª. do Contrato de Concessão nº 010, firmado entre a COELBA e a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, em 8 de agosto de 1997, bem como em atenção a Resolução Autorizativa nº 306, de 5 de setembro de 2005, que anui com a versão patrimonial e conseqüente transferência das concessões de geração e transmissão de energia elétrica para uma empresa subsidiária. As usinas da Companhia apresentam as seguintes características:

Geração	Tipo de Usina	Localidade	Capacidade Instalada (MW)*	Data da Concessão	Data do Vencimento
Correntina	Hidrelétrica	Correntina	8	06/08/1997	8/8/2027
Alto Fêmeas	Hidrelétrica	São Desidério	9,9	06/08/1997	8/8/2027

Em 15 de janeiro de 2009 a Companhia celebrou com a Afluente Transmissão de Energia Elétrica S.A. ("Afluente-T", anteriormente denominada Imanisse Participações S.A.) Protocolo de Justificação de Cisão Parcial, com o objetivo de efetuar a segregação das suas atividades de geração e transmissão de energia elétrica ("Reestruturação Societária"), anteriormente exercidas integralmente pela Companhia. A cisão parcial e a conseqüente incorporação da parcela cindida de seu patrimônio líquido pela Afluente-T tiveram como data-base 30 de novembro de 2008, e esteve sujeita à obtenção de prévia aprovação da Reestruturação Societária pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), antes da qual todos os seus efeitos permaneceram suspensos.

No dia 1° de dezembro de 2009 a ANEEL, através da Resolução Autorizativa nº 2.219, anuiu a transferência das concessões de transmissão, da Companhia, com a versão de todos os ativos de transmissão, descritos no Contrato de Concessão de Transmissão, e passivos a ele vinculados, para a Afluente-T.

Em 29 de dezembro de 2009 a Assembléia Geral Extraordinária da Afluente-G aprovou o Protocolo de Justificação de Cisão Parcial, a redução do capital social da Afluente-G em R$ 63.085, em virtude do acervo líquido vertido deduzido da parcela de reserva legal no montante de R$ 1.085, e o novo objeto social da Companhia em virtude da cisão parcial.

Atualmente a Companhia tem por objeto social (i) estudar, planejar, projetar, construir, operar, manter e explorar sistemas de geração de energia elétrica e serviços correlatos que lhe venham a ser concedidos ou autorizados por qualquer título de direito, (ii) atividades associadas ao serviço de energia elétrica, podendo administrar sistemas de geração de energia pertencente ao Estado, à União ou ao Município, prestar serviços técnicos de sua especialidade; (iii) participar em outras sociedades, como sócia, acionista ou quotista; (iv) formar consórcios ou qualquer outro tipo de colaboração empresarial; (v) explorar a concessão do Serviço Público de Geração.

O Protocolo de Justificação de Cisão Parcial da Companhia determina que todas as variações patrimoniais posteriores à data-base da cisão parcial fossem diretamente alocadas e/ou apropriadas à Afluente-G ou à Afluente-T, conforme digam respeito, respectivamente às atividades de geração ou transmissão de energia elétrica. Consequentemente, em 21 de janeiro de 2010 foi emitido Laudo de Avaliação do Patrimônio Líquido Contábil da Afluente-G na data-base 29 de dezembro de 2009, detalhando o patrimônio líquido contábil da Afluente-G antes e após a cisão parcial dos seus ativos e passivos para a Afluente-T, bem como as variações patrimoniais posteriores à data-base da cisão parcial, após aprovação pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e pela Administração da companhia cindida.

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da preparação destas demonstrações financeiras em 7 de fevereiro de 2012.

2 Resumo das Principais Práticas Contábeis

2.1 - Base de apresentação

As demonstrações financeiras da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas contábeis, baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. As principais estimativas relacionadas às demonstrações contábeis referem-se à energia elétrica comprada na CCEE.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

2.2 - Conversão de saldos em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

2.3 - Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita líquida é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita.

a) Receita de construção:

A ICPC 01 estabelece que o concessionário de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 - Contratos de Construção (serviços de construção ou melhoria) e CPC 30 - Receitas (serviços de operação - fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão. (vide nota 8).

A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na geração de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a geração de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

b) Receita de juros

A receita de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para o Grupo e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

2.4 - Imposto de renda e contribuição social correntes

As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos correntes. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados a item registrados diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio liquido. Em 2011 as alíquotas aplicáveis do imposto de renda e da contribuição social ("IR e CS") com base no lucro presumido são de 8% e 12%, respectivamente. (vide nota 7).

2.5 - Imposto sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto:

- Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; e
- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas.

O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

2.6 - Instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros:

Os ativos financeiros da Companhia estão classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado (os mantidos para negociação e os designados assim no reconhecimento inicial), empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de ativos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, títulos e valores mobiliários, concessão de serviço público e outros créditos.

a.1) Mensuração subsequente dos ativos financeiros

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

- Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.

- Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou "prêmio" na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As eventuais perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

- Investimentos mantidos até o vencimento

Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento quando a Companhia tiver manifestado intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável.

- Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como: (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado.

Após mensuração inicial, ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados reconhecidos diretamente dentro dos outros resultados abrangentes até a baixa do investimento, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável, dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários que são reconhecidos diretamente no resultado do período.

a.2) Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

b) Passivos financeiros:

Os passivos financeiros da Companhia são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar.

b.1) Mensuração subsequente dos passivos financeiros

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

- Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado.

A Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado.

- Mantidos para negociação

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

b.2) Desreconhecimento (baixa) dos passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

2.7 - Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos de caixa, depósitos bancários à vista, e as aplicações financeiras com liquidez imediata. São classificadas como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado - disponíveis para negociação, e estão registradas pelo valor original acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento das demonstrações contábeis, apurados pelo critério pró-rata, que equivalem aos seus valores de mercado.

2.8 - Contas a receber de clientes e outros

Representam direitos oriundos do fornecimento de energia elétrica, ao contrato de prestação de serviços e ao aluguel de instalações. São considerados ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis.

2.9 - Títulos e valores mobiliários

São classificados como ativos financeiros mantidos até o vencimento, e estão demonstrados ao custo amortizado, acrescido das remunerações contratadas, reconhecidas proporcionalmente até as datas base das demonstrações contábeis, equivalentes ao seu valor justo.

2.10 - Recebíveis de concessão de serviço público indenização (ativos de geração)

Refere-se à parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente decorrente da aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de concessão e da Orientação Técnica OCPC 05 - Contratos de concessão.

2.11 - Intangível

Compreende o direito de uso da infra-estrutura, construída ou adquirida pelo operador ou fornecida para ser utilizada pela outorgante como parte do contrato de concessão do serviço público de energia elétrica (direito de cobrar dos usuários do serviço público por ela prestado), em consonância com as disposições das Deliberações CVM nºs 553, de 12 de novembro de 2008, 677 de 13 de dezembro de 2011 e 654 de 28 de dezembro de 2010, que aprovam respectivamente o CPC 04 - Ativos Intangíveis, os ICPC 01 (R1) - Contrato de Concessão e ICPC 17 Contrato de Concessão: Evidenciação e o OCPC 05 - Contrato de Concessão.

É avaliado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A Companhia entende não haver qualquer indicativo de que o valor contábil dos bens do ativo intangível excede o seu valor recuperável. Tal conclusão é suportada pela metodologia de avaliação da base de remuneração utilizada para cálculo da amortização cobrada via tarifa, já que enquanto os registros contábeis estão a custo histórico a base de cálculo da amortização regulatória corresponde aos ativos avaliados a valor novo de reposição.

Contudo, a fim de corroborar seu entendimento a Companhia efetua anualmente o teste de recuperabilidade utilizando o método do valor presente dos fluxos de caixa futuros gerados pelos ativos resultando um valor superior àquele registrado contabilmente (vide nota explicativa 9).

2.12 - Taxas Regulamentares

a) Reserva Global de Reversão (RGR):

Encargo do setor elétrico pago mensalmente pelas empresas concessionárias de energia elétrica, com a finalidade de prover recursos para reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Seu valor anual equivale a 2,5% dos investimentos efetuados pela concessionária em ativos vinculados à prestação do serviço de eletricidade, limitado a 3,0% de sua receita anual.

b) Conta de Desenvolvimento Energético (CDE):

Tem o objetivo de promover o desenvolvimento energético dos Estados e a competitividade da energia produzida, a partir de fontes alternativas, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, permitindo a universalização do serviço de energia elétrica. Os valores a serem pagos também são definidos pela ANEEL.

c) Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE):

São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as concessionárias de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar 1% de sua receita operacional líquida para esses programas.

d) Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE):

Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a distribuição de energia elétrica são diferenciados e proporcionais ao porte do serviço concedido, calculados anualmente pela ANEEL, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário.

2.13 - Distribuição de dividendos

A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas no CPC 25 e ICPC 08, as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual seja distribuído, a título de dividendos. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários, que deverão estar respaldados em resultados revisados por empresa independente, contendo projeção dos fluxos de caixa que demonstrem a viabilidade da proposta.

Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais a Companhia registra a provisão equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício, ao passo que registra os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como "Proposta de distribuição de dividendo adicional" no patrimônio líquido.

A Companhia distribui juros a título de remuneração sobre o capital próprio, nos termos do Art. 9º, parágrafo 7º da Lei nº 9.249, de 26/12/95, os quais são dedutíveis para fins fiscais e considerados parte dos dividendos obrigatórios.

Os dividendos e juros sobre o capital próprio, não reclamados no prazo de três anos, são revertidos para a Companhia.

2.14 - Demais direitos e obrigações

Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes sujeitos à variação monetária por força de legislação ou cláusulas contratuais estão corrigidos com base nos índices previstos nos respectivos dispositivos, de forma a refletir os valores atualizados até a data das demonstrações contábeis. Os demais estão apresentados pelos valores incorridos na data de formação, sendo os ativos reduzidos de provisão para perdas e/ou ajuste a valor presente, quando aplicável.

2.15 - Operações de Compra e Venda de Energia Elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa da Administração da Companhia, quando essas informações não estão disponíveis tempestivamente.

3 Pronunciamentos Técnicos Revisados pelo CPC em 2011

Alguns procedimentos técnicos e interpretações emitidas pelo CPC foram revisados e têm a sua adoção obrigatória para o período iniciado em 01/01/2011.

Segue abaixo a avaliação da Companhia dos impactos das alterações destes procedimentos e interpretações:

CPC 00 - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro (R1) - aprovado pela Deliberação CVM Nº 675, de 13 de dezembro de 2011. A revisão da norma não impactou as demonstrações contábeis da Companhia.

CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios - aprovado pela Deliberação CVM Nº 665, de 4 de agosto de 2011. A revisão da norma não impactou as demonstrações contábeis da Companhia.

CPC 19 (R1) - Investimento em Empreendimento Controlado em Conjunto (Joint Venture) - aprovado pela Deliberação CVM Nº 666, de 4 de agosto de 2011. A revisão da norma não impactou as demonstrações contábeis da Companhia.

CPC 20 (R1) - Custos de Empréstimos - aprovado pela Deliberação CVM Nº 672, de 20 de outubro de 2011. A revisão da norma não impactou as demonstrações contábeis da Companhia.

CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis - aprovado pela Deliberação CVM Nº 676, de 13 de dezembro de 2011. A revisão da norma esclarece que as empresas devem apresentar análise de cada item de outros resultados abrangentes nas demonstrações das mutações do patrimônio líquido ou nas notas explicativas. A revisão da norma não impactou as demonstrações contábeis da Companhia.

Interpretação Técnica ICPC 01(R1) e Interpretação Técnica ICPC 17 - Contabilização e Evidenciação de Contratos de Concessão - aprovado pela Deliberação CVM Nº 677, de 13 de dezembro de 2011. A revisão da norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

4 Caixa e Equivalentes de Caixa

	31/12/11	31/12/10
Caixa e depósitos bancários à vista	20	27
Aplicações financeiras de liquidez imediata:		
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	-	23
Fundos de investimento	5.502	4.024
	5.522	**4.074**

A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalentes de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

As aplicações financeiras estão representadas, principalmente, de Certificados de Depósito Bancário - CDB e operações compromissadas lastreadas em títulos do tesouro, realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional e contratadas em condições e taxas normais de mercado, tendo como característica alta liquidez, baixo risco de crédito e remuneração pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) a taxas que variam de 90% a 106%.

5 Contas a Receber de Clientes e Outros

Valores a receber correspondentes ao fornecimento de energia elétrica ao contrato de prestação de serviços e ao aluguel de instalações.

	31/12/11	31/12/10 (Reclassificado)
Títulos a receber - partes relacionadas	1.951	1.762
Títulos a receber	1.078	1.183
Total	**3.029**	**2.945**

A composição dos prazos de vencimento:

	Saldos Vincendos	Vencidos Até 90 Dias	Vencidos Mais 90 Dias	Total 31/12/11	Total 31/12/10
Setor Público	-	-	-	-	23
Setor Privado	2.722	-	307	3.029	2.922
Total	**2.722**	**-**	**307**	**3.029**	**2.945**

A necessidade de provisão para créditos de liquidação duvidosa é analisada de acordo com as normas do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica da ANEEL, e após criteriosa análise das suas contas a receber. A Companhia julga não ser necessária a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

6 Títulos e Valores Mobiliários

Agente Financeiro	Tipo de Aplicação	Vencimento	Indexador	31/12/11	31/12/10
Disponíveis para venda					
Banco do Brasil	Fundo BB Polo	(*)	CDI	425	-
Total				**425**	**-**

(*) diversos vencimentos.

Corrresponde às aplicações no Fundo BB Polo, que não possuem condição de resgate antecipado.

7 Impostos e Contribuições Sociais

- Impostos e contribuições a recuperar

	Ref.	31/12/11	31/12/10
Circulante			
Imposto de Renda - IR	(a)	24	-
Contribuição Social - CSLL	(a)	218	201
Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS	(b)	54	39
Programa de Integração Social - PIS		84	82
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS		388	381
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS		97	97
		865	**800**
Não-Circulante			
Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS	(b)	53	51
		53	**51**
Total		**918**	**851**

(a) O ativo de Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (CSLL) antecipados corresponde aos montantes recolhidos quando das apurações tributárias mensais, nos termos do artigo 2º da Lei 9.430, de 27 de dezembro de 1996, além das antecipações de aplicações financeiras, retenção de órgãos públicos e retenção na fonte referente a serviços prestados.

(b) O Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) registrado no ativo está composto da seguinte forma:

b.1) ICMS a recuperar sobre Ativo Permanente (CIAP) decorrente das aquisições de bens destinados ao ativo imobilizado, registrado com base na Lei Complementar nº 102, de 11 de julho de 2000.

b.2) Diversos créditos de ICMS a recuperar.

- Impostos e contribuições a recolher

	31/12/11	31/12/10
Circulante		
Imposto de Renda - IR	122	1.238
Contribuição Social - CSLL	108	439
Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS	-	8
Programa de Integração Social - PIS	13	18
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	58	83
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	96	11
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS	20	20
Imposto Sobre Serviços - ISS	40	40
Outros	104	20
Total	**561**	**1.877**

A seguir é apresentada reconciliação da (receita) despesa dos tributos sobre a renda divulgados e os montantes calculados pela aplicação das alíquotas oficiais em 31 de dezembro de 2011 e 2010.

	Ref.	31/12/11 IR	31/12/11 CSLL	31/12/10 IR	31/12/10 CSLL
Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social		8.463	8.463	10.413	10.413
Ajustes decorrentes do RTT	(a)	-	-	(1.087)	(1.087)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social após ajuste		8.463	8.463	9.326	9.326
Alíquota do imposto de renda e contribuição social		25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação		2.116	762	2.332	839

Continua...

www.elipsepublicidade.com.br

...Continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais)

	Ref.	31/12/11 IR	31/12/11 CSLL	31/12/10 IR	31/12/10 CSLL
Ajustes ao lucro líquido que afetam o resultado fiscal do período:					
(+) Adições					
Multas indedutíveis		-	-	2	1
Subtotal adições		**-**	**-**	**2**	**1**
(-) Exclusões					
Efeito regime lucro presumido		(1.499)	(451)	-	-
Outras exclusões		-	-	(162)	-
Subtotal exclusões		**(1.499)**	**(451)**	**(162)**	**-**
Imposto de renda e contribuição social no período		617	311	2.172	840

(a) Regime tributário de transição.
A Medida Provisória 449/2008, de 3 de dezembro de 2008 convertida na Lei 11.941/09, instituiu o RTT - Regime Tributário de Transição, que tem como objetivo neutralizar os impactos dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos pela Lei n 11.638/07, na apuração das bases de cálculos de tributos federais.
A aplicação do RTT foi opcional para os anos de 2008 e 2009 e obrigatória a partir de 2010 para as pessoas jurídicas sujeitas ao Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) de acordo com a sistemática de lucro real ou de lucro presumido.

8 Concessão de Serviço Público (Ativo Financeiro)

O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Geração de Energia Elétrica e aditivos posteriores, celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia (Operadora) regulamentam a exploração dos serviços públicos de geração de energia elétrica pela Companhia, onde:

- O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar e para quem deve vender a energia gerada;
- O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e à capacidade de energia contratada entregue.
- Ao final da concessão os ativos vinculados à infra-estrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização; e
- O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos de fornecimento de energia ao mercado cativo.

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de geração de energia elétrica da Companhia, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de geração de energia elétrica, abrangendo:
(a) Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente;
(b) Parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) classificada como um ativo intangível em virtude de a sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia pelos consumidores (vide nota explicativa nº 9).
A infraestrutura recebida ou construída da atividade de geração é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através de valores a receber pela energia gerada e entregue ao sistema (emissão do faturamento mensal da medição de energia gerada/vendida) durante o prazo da concessão; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.
Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.
A concessão da Companhia não é onerosa, desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente.

9 Intangível

	Taxas Anuais Médias Ponderadas de Amortização (%)	31/12/11 Custo	31/12/11 Amortização Acumulada	31/12/11 Valor Líquido	31/12/10 Valor Líquido
Em Serviço					
Direito de Uso da Concessão	5,81%	79.999	(46.169)	33.830	30.337
Em Curso					
Direito de Uso da Concessão		-	-	-	4.056
Total		**79.999**	**(46.169)**	**33.830**	**34.393**

A movimentação do saldo do intangível está demonstrada a seguir:

	Em Serviço Custo	Em Serviço Amortização Acumulada	Em Serviço Valor Líquido	Em Curso Custo	Em Curso Valor Líquido	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2010	**73.970**	**(43.633)**	**30.337**	**4.056**	**4.056**	**34.393**
Adições	1.879	-	1.879	94	94	1.973
Amortização	-	(2.536)	(2.536)	-	-	(2.536)
Transferências - Intangíveis	4.150	-	4.150	(4.150)	(4.150)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2011	**79.999**	**(46.169)**	**33.830**	**-**	**-**	**33.830**

A agência reguladora ANEEL é responsável por estabelecer a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa razoável/adequada para efeitos contábeis e regulatórios e que representa a melhor estimativa de vida útil-econômica dos bens.
A Administração da Companhia entende que a amortização do ativo intangível deve respeitar a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante do conjunto de bens tangíveis contidos na infraestrutura de distribuição. Assim sendo, esses bens devem ser amortizados individualmente, respeitando a vida útil de cada um deles, limitada ao prazo de vencimento da concessão. Como resultado da utilização desse critério de amortização, o total do ativo intangível será sempre amortizado de forma não linear.
O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo do vencimento da concessão está alocado como Concessão do Serviço Público (Ativo Financeiro). (Vide nota explicativa nº 8).

- Análise do valor de recuperação dos ativos

A Companhia avaliou o valor de recuperação do seu ativo em uso com base no valor presente do fluxo de caixa futuro estimado.
Os valores alocados às premissas representam a avaliação da Administração sobre as tendências futuras do setor elétrico e são baseadas tanto em fontes externas de informações como dados históricos.
O fluxo de caixa foi projetado com base no resultado operacional e projeções da Companhia até o término da concessão, tendo como principais premissas:

- Crescimento orgânico compatível com os dados históricos e perspectivas de crescimento da economia brasileira; e
- Taxa média de desconto obtida através de metodologia usualmente aplicada pelo mercado, levando em consideração o custo médio ponderado de capital.

O valor recuperável destes ativos supera seu valor contábil, e, portanto, não há perdas por desvalorização a serem reconhecidas.

10 Fornecedores

A composição do saldo em 31 de dezembro de 2011 e 2010 é como segue:

Fornecedores	31/12/11	31/12/10
Energia Elétrica:	95	110
Terceiros	95	107
Partes Relacionadas	-	3
Encargos de Uso da Rede	87	109
Partes Relacionadas	87	109
Materiais e Serviços	644	462
Terceiros	644	462
Energia Livre	57	-
Total	**883**	**681**

11 Taxas Regulamentares

	Ref.	31/12/11	31/12/10
Reserva Global de Reversão - RGR		56	105
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT		396	656
Empresa de Pesquisa Energética - EPE		192	325
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(a)	660	529
Taxa de Fiscalização Serviço Público de Energia Elétrica - TFSEE		8	8
Compensação Financeira pela utilização de Recursos Hídricos - CFURH		57	-
Total		**1.369**	**1.623**
Circulante		1.214	1.516
Não Circulante		155	107

(a) A Companhia reconheceu passivos relacionados a valores já faturados em tarifas (1% da Receita Operacional Líquida), mas ainda não aplicados nos Programas de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D, atualizados mensalmente, a partir do 2º mês subseqüente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização, com base na Taxa SELIC, conforme as Resoluções ANEEL nºs 300/2008 e 316/2008.

12 Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

O Conselho de Administração e/ou Assembléia de Acionistas da Companhia aprovaram a declaração de dividendos intermediários e propostos, e juros sobre capital próprio aos seus acionistas da seguinte forma:

Deliberação	Provento	Valor Deliberado	Valor por Ação ON	Valor por Ação PNA	Valor por Ação PNB
2011					
AGO/E de 29 de abril de 2011	Dividendos 2010	5.944	0,3062255918	0,3062255918	0,3368481510
		5.944			
2010					
RCA de 30 de dezembro de 2010	JSCP	543	0,0279739927	0,0279739927	0,0307713920
RCA de 30 de setembro de 2010	JSCP	544	0,0280255102	0,0280255102	0,0308280612
AGO/E de 30 de abril de 2010	Dividendos 2009	11.198	0,5768736639	0,5768736639	0,6345610303
		12.285			

O pagamento dos juros sobre o capital próprio está sendo considerado no cômputo do dividendo mínimo obrigatório.
O artigo 9º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, permite a dedutibilidade, para fins de imposto de renda e da contribuição social, dos juros sobre o capital próprio pagos aos acionistas, calculados com base na variação da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP.
De acordo com o previsto no estatuto social da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação societária. As ações preferenciais classe "B" terão direito ao recebimento de dividendos no mínimo 10% superiores àqueles atribuídos às ações ordinárias.
A base de cálculo para os dividendos mínimos obrigatórios é como segue:

	31/12/2011	31/12/2010
Dividendos mínimos - sobre o lucro líquido		
Ações ordinárias	10.930	10.930
Ações preferenciais classe "A"	1.955	1.955
Ações preferenciais classe "B"	5.932	5.932
Total	**18.817**	**18.817**
Dividendos mínimos - sobre o lucro líquido ajustado		
Lucro líquido do exercício	7.535	7.401
Constituição da reserva legal	(376)	(370)
Base de cálculo do dividendo	7.159	7.031
Dividendos mínimos obrigatórios	**1.790**	**1.758**

A movimentação dos saldos de dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar, é como segue:

Saldos em 31 de dezembro de 2010	**2.420**
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio:	
Declarados	5.976
Pagos no período	(6.477)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	**1.919**

13 Patrimônio Líquido

Capital social
O Capital social subscrito e integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2011 e 2010 é de R$ 30.916.
A composição do capital social realizado por classe de ações e principais acionistas é a seguinte:

	Nº de Ações (Mil)							
	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais					
Acionistas	Única	%	A	%	B	%	Total	%
Neoenergia S.A.	9.812	89,8	786	40,2	5.932	100,0	16.530	87,8
Iberdrola Energia S.A.	559	5,1	1.039	53,1	-	-	1.598	8,5
PREVI	332	3,0	99	5,1	-	-	431	2,3
Outros	227	2,1	31	1,6	-	-	258	1,4
Total	**10.930**	**100,0**	**1.955**	**100,0**	**5.932**	**100,0**	**18.817**	**100,0**

	R$ (Mil)							
	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais					
Acionistas	Única	%	A	%	B	%	Total	%
Neoenergia S.A.	16.120	89,8	1.291	40,2	9.746	100,0	27.157	87,8
Iberdrola Energia S.A.	917	5,1	1.709	53,1	-	-	2.626	8,5
PREVI	545	3,0	164	5,1	-	-	709	2,3
Outros	376	2,1	48	1,6	-	-	424	1,4
Total	**17.958**	**100,0**	**3.212**	**100,0**	**9.746**	**100,0**	**30.916**	**100,0**

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembléia Geral. Às ações preferenciais de ambas as classes, que não terão direito de voto, fica assegurada, na forma da lei, prioridade no reembolso de capital, pelo valor de patrimônio líquido das ações, no caso de liquidação da companhia, ficando assegurado ainda (i) às ações preferenciais "Classe A" prioridade na distribuição de dividendos mínimos, no valor de 10% sobre o capital social representado por ações preferenciais "Classe A"; e (ii) às ações preferenciais "Classe B", prioridade na distribuição de dividendos, somente após a distribuição de dividendos às preferenciais "Classe A", sendo tais dividendos no mínimo 10% (dez por cento) maiores do que os atribuídos às ações ordinárias.
Reserva Legal
A reserva legal é calculada com base em 5% de seu lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social.

14 Receita Bruta

A Composição da receita bruta é a seguinte:

	Ref.	31/12/11	31/12/10
Fornecimento de energia	(a)	20.359	20.793
Câmara de Comercialização de Energia - CCEE	(b)	98	54
Receita de construção da infraestrutura da concessão	(c)	1.972	2.135
Outras receitas		-	8
Total		**22.429**	**22.990**

(a) Fornecimento de energia.

	Nº de Consumidores Faturados (*) 31/12/11	31/12/10	MWh 31/12/11	31/12/10	R$ Mil 31/12/11	31/12/10
Suprimento	1	1	148.920	-	20.359	20.793
Total	**1**	**1**	**148.920**	**-**	**20.359**	**20.793**

(*) Informações não examinadas por auditores independentes.
(b) Remuneração destinado pelo poder concedente para fazer face aos custos de operação e manutenção dos ativos de transmissão.
(c) Receita de construção conforme ICPC 01, corresponde a serviços e aquisições de equipamentos incorporados ao ativo de concessão no período.

15 Deduções da Receita Bruta

	31/12/11	31/12/10
Impostos:		
PIS (*)	(147)	(344)
COFINS (*)	(673)	(1.585)
Encargos setoriais:		
Quota para Reserva Global de Reversão - RGR	(669)	(594)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(207)	(91)
Total	**(1.696)**	**(2.614)**

(*) A variação do valor apurado de PIS e COFINS se deu, pois no exercício de 2010 a Companhia era tributada pelo Lucro Real, sendo o PIS e a COFINS apurados pelo regime não cumulativo, cujas alíquotas são de 1,65% e 7,60%, respectivamente. Em 2011 a Companhia optou pela tributação através do Lucro Presumido, cujas alíquotas de PIS e COFINS são de 0,65% e 3,00%, respectivamente.

16 Custos e Despesas Operacionais

Os custos e as despesas operacionais têm a seguinte composição por natureza de gasto:

	31/12/11 Custos de Bens e Serviços Vendidos	31/12/11 Despesas Gerais e Administrativas	31/12/11 Total	31/12/10 Total
Pessoal (a)	(2.338)	(235)	(2.573)	(143)
Entidade de previdência privada	(31)	(4)	(35)	(63)
Material	(68)	-	(68)	(132)
Serviços de terceiros	(2.718)	(759)	(3.477)	(3.650)
Taxa de fiscalização serviço energia elétrica - TFSEE	(96)	-	(96)	(113)
Compensação Financeira Recursos Hídricos - CFRH	(186)	-	(186)	-
Energia elétrica comprada para revenda	(379)	-	(379)	(727)
Encargos de uso do sistema transmissão (b)	(1.242)	-	(1.242)	(1.279)
Depreciação e amortização	(2.529)	(7)	(2.536)	(2.327)
Arrendamentos e aluguéis	(5)	(2)	(7)	(55)
Tributos	(10)	(67)	(77)	(153)
Provisões líquidas - Contingências	-	(48)	(48)	-
Custo de construção da infraestrutura da concessão	(1.973)	-	(1.973)	(2.135)
Outros	(150)	(29)	(179)	(438)
Total custos/despesas	**(11.725)**	**(1.151)**	**(12.876)**	**(11.215)**

(a) Custo e despesa de pessoal

Pessoal	31/12/11	31/12/10
Remunerações	(1.107)	(74)
Encargos sociais	(642)	(23)
Auxílio-alimentação	(128)	-
Convênio assistencial e outros benefícios	(144)	-
Provisão para férias e 13º salário	(285)	(39)
Plano de saúde	(87)	(5)
Participação nos resultados	(180)	(2)
Total	**(2.573)**	**(143)**

(b) Custo com encargos de uso do sistema de transmissão

Encargos de uso do sistema de transmissão	31/12/11	31/12/10
Partes relacionadas	(1.242)	-
Outros	-	(1.279)
Total	**(1.242)**	**(1.279)**

17 Saldos e Transações com Partes Relacionadas

A Companhia mantém operações comerciais com partes relacionadas pertencentes ao mesmo grupo econômico, cujos saldos e natureza das transações estão demonstrados a seguir:

Empresas	Ref.	Natureza de Operação	31/12/11 Ativo	31/12/11 Passivo	31/12/11 Resultado	31/12/10 Ativo	31/12/10 Passivo	31/12/10 Resultado
Neoenergia S.A.		Dividendos	-	1.572	-	-	1.551	(959)
		Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	472	-
		Outras	-	5	-	-	5	-
			-	**1.577**	**-**	**-**	**2.028**	**(959)**
Iberdrola Energia S.A.		Dividendos	-	152	-	-	145	-
		Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	90
			-	**152**	**-**	**-**	**145**	**90**
Previ - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil		Dividendos	-	41	-	-	39	-
			-	**41**	**-**	**-**	**39**	**-**
Coelba	(a)	Energia fornecida	1.949	-	22.280	1.762	-	20.816
	(c)	Uso da Rede	-	87	(1.255)	-	109	(1.272)
			1.949	**87**	**21.025**	**1.762**	**109**	**19.544**
Termopernambuco		Outras	2	-	-	-	-	-
			2	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Itapebi	(a)	Energia fornecida	-	-	-	-	-	-
		Prestação de serviço	2	-	(4)	-	-	(4)
		Outras	-	54	-	1.924	50	-
			2	**54**	**(4)**	**1.924**	**50**	**(4)**
NC Energia		Energia comprada	-	-	(21)	-	3	(16)
		Outras	-	4	-	-	-	-
			-	**4**	**(21)**	**-**	**3**	**(16)**
Afluente Transmissão	(b)	Outras	-	2.336	-	-	2.322	-
			-	**2.336**	**-**	**-**	**2.322**	**-**

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão descritas a seguir:
(a) Cobrança pelo fornecimento de energia.
(b) Cobrança de gastos com pessoal cedido ou tomado com empresas do grupo.
(c) Cobrança autorizada pela ONS contra empresas relacionadas correspondente à RAP e gastos com sistema de distribuição.

18 Instrumentos Financeiros

Em atendimento à Deliberação CVM nº 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPC 38, 39 e 40 e à Instrução CVM nº 604, de 19 de novembro de 2009, a Companhia efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros. Atualmente, a Companhia não possui operações com derivativos em aberto.
Considerações gerais:
Em 31 de Dezembro de 2011, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:
- Caixa e equivalentes de caixa - são classificados como destinados à negociação. O valor de mercado está refletido nos valores registrados nos balanços patrimoniais.
- Títulos e valores mobiliários - são classificados como mantidos até o vencimento, e registrados contabilmente pelo custo amortizado. Os valores registrados equivalem, na data do balanço, aos seus valores justos.
- Contas a receber - decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como empréstimos e recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Fornecedores - decorrem diretamente das operações da Companhia e são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo.

Os valores contábeis e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2011 e 2010 são como segue:

	Ativos (Passivos) 31/12/11 Contábil	31/12/11 Mercado	31/12/10 Contábil	31/12/10 Mercado
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa	5.522	5.522	4.074	4.074
Títulos e valores mobiliários	425	425	-	-
Contas a receber de clientes e outros	3.029	3.029	2.945	2.945
Concessão de serviços públicos	5.825	5.825	5.825	5.825
Passivo				
Fornecedores	(883)	(883)	(681)	(681)

Fatores de Risco:
- Risco de taxa de juros

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que diminuam a receita financeira relativas às aplicações financeiras da Companhia. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer "swap" contra este risco. Porém, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

	Aumento/Redução em Pontos Base	Efeitos No Resultado	Efeitos No Patrimônio Líquido
31/12/2011			
Ativos Financeiros			
CDI	(83)	(49)	(49)
31/12/2010			
Ativos Financeiros			
CDI	99	40	40

- Riscos operacionais

✓ Risco de crédito
O risco surge da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores relativos ao fornecimento da energia gerada. Este risco é reduzido em função da Companhia manter contratos de fornecimentos de energia com empresas sólidas, sendo seu principal cliente uma empresa relacionada.
✓ Risco quanto à escassez de energia
O Sistema Elétrico Brasileiro é abastecido predominantemente pela geração hidrelétrica. Um período prolongado de escassez de chuva, durante a estação úmida, reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas, trazendo como conseqüência o aumento no custo na aquisição de energia no mercado de curto prazo e na elevação dos valores de Encargos de Sistema em decorrência do despacho das usinas termelétricas. Numa situação extrema poderá ser adotado um programa de racionamento, que implicaria em redução de receita. No entanto, considerando os níveis atuais dos reservatórios e as últimas simulações efetuadas, o Operador Nacional de Sistema Elétrico - ONS não prevê para os próximos anos um novo programa de racionamento.

19 Seguros

A Companhia tem a política de manter cobertura de seguros em montante adequado para cobrir possíveis riscos com sinistros, segundo a avaliação da Administração.
Não está incluído no escopo dos trabalhos de nossos auditores emitir opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual, conforme mencionado anteriormente, foi determinada unicamente pela Administração da Companhia.
A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com os corretores de seguros contratados pela Companhia está demonstrado a seguir (Nesta nota valores apresentados em Reais - R$):

Riscos	Data da Vigência	Importância	Prêmio (R$)
Riscos Operacionais - Usinas	08/10/2011 a 08/10/2012	33.405.128	41.259
Responsabilidade Civil Geral - Operações	08/10/2011 a 08/10/2012	20.000.000	22.230

Os seguros da Companhia são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes, com as principais apólices descritas a seguir:
Riscos nomeados - usinas - pela apólice contratada estão cobertos os principais equipamentos das usinas, com seus respectivos valores segurados e limites máximos de indenização. Tem cobertura securitária básica contra incêndio, queda de raio e explosão de qualquer natureza, quebra de máquinas e cobertura adicional contra danos elétricos.
Responsabilidade civil geral - cobertura às reparações por danos involuntários, pessoais e/ou materiais causados a terceiros, em conseqüência das operações comerciais da Companhia. O limite máximo de indenização - LMI contratado para a Apólice de Responsabilidade Civil Geral é de R$ 20.000.000, aplicado por sinistro ou série de sinistros resultantes de um mesmo evento. O limite máximo de indenização - LMI contratado faz parte de uma apólice de seguro coletiva para todas as pequenas centrais hidrelétricas do grupo Neoenergia.

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Marco Geovanne Tobias da Silva - **Presidente**
Gonzalo Pérez Fernándes - **Vice-presidente**

Titular
Jose Maurício Pereira Coelho
Marcelo Maia de Azevêdo Corrêa

Suplentes
Jorge Luiz Pacheco
Mario José Ruiz-Tagle Larrain
André Luis Dantas Furtado
Lara Cristina Ribeiro Piau Marques

DIRETORIA EXECUTIVA

Enio Emílio Schneider
Diretor-Presidente

Erik da Costa Breyer
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Solange Maria Pinto Ribeiro
Diretora de Regulação

Paulo Roberto Dutra
Diretor de Planejamento e Controle

Lady Batista de Morais
Diretora de Gestão de Pessoas

CONTADORA

Cláudia Almeida Santos Franqueira
CRC MG-068369/O-0-T-RJ

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES DA COMPANHIA

Os diretores da Companhia declaram que examinaram, discutiram e revisaram todas as informações contidas nas Demonstrações Contábeis da Companhia, bem como, concordam com a opinião dos auditores independentes da Companhia, Ernst & Young Terco referenciadas no relatório dos Auditores Independentes a seguir apresentado.

Rio de Janeiro, 7 de fevereiro de 2012

Enio Emilio Schneider
Diretor-Presidente

Lady Batista de Morais
Diretora de Gestão de Pessoas e Administração

Paulo Roberto Dutra
Diretor de Planejamento e Controle

Solange Maria Pinto Ribeiro
Diretora de Regulação

Erik da Costa Breyer
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da **Afluente Geração de Energia Elétrica S.A.** tendo examinado, em reunião nesta data, as Demonstrações Financeiras relativas ao Exercício Social de 2010, compreendendo o relatório da administração, o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado, de mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa, e do valor adicionado, complementadas por notas explicativas e balanço social, bem como a proposta de destinação de lucro, ante os esclarecimentos prestados pela Diretoria e pelo contador da Companhia e considerando, ainda, o parecer dos auditores independentes, Ernst & Young Terco e do Conselho Fiscal, aprovou os referidos documentos e propõe sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

Rio de Janeiro, 17 de fevereiro de 2012

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Afluente Geração de Energia S.A.
Rio de Janeiro - RJ
Examinamos as demonstrações financeiras da Afluente Geração de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.
Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras
A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Responsabilidade dos auditores independentes
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.
Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.
Opinião
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Afluente Geração de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standard Board* - IASB, e de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil.
Outros assuntos
Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 7 de fevereiro de 2012

ERNST & YOUNG TERCO
Auditores Independentes S.S.
CRC - 2SP 015.199/O-6-F-RJ

Paulo José Machado
Contador CRC - 1RJ 061.469/O-4
Roberto Cesar Andrade dos Santos
Contador CRC - 1RJ 093.771/O-9